



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS
CAMPUS IV**

GILBERTO LEANDRO DUTRA

**ESSES POBRES SÃO NOSSOS! UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO FEITA PELA
IGREJA CATÓLICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Catolé do Rocha – PB

2017

GILBERTO LEANDRO DUTRA

**ESSES POBRES SÃO NOSSOS! UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO FEITA PELA
IGREJA CATÓLICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Letras como
requisito final para a obtenção do grau de
Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva

**Catolé do Rocha – PB
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D978e Dutra, Gilberto Leandro

Esses pobres são nossos! uma análise da avaliação feita pela igreja católica sobre o programa bolsa família [manuscrito] / Gilberto Leandro Dutra. - 2017.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2017.

"Orientação: Dr. Jairo Bezerra Silva, Departamento de DLH".

1. Programa bolsa família. 2. Igreja católica 3. Pobreza I.
Título.

21. ed. CDD 330

GILBERTO LEANDRO DUTRA

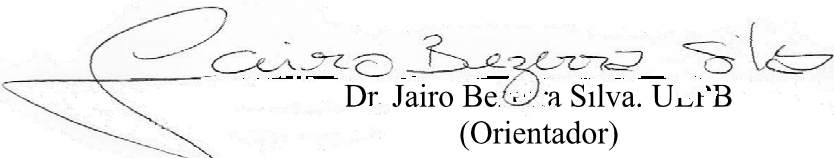
**ESSES POBRES SÃO NOSSOS! UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO FEITA PELA
IGREJA CATÓLICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Letras como
requisito final para a obtenção do grau de
Licenciado em Letras.


Orientador: Prof. Dr Jairo Bezerra Silva

Aprovada em: ____ / ____ / ____

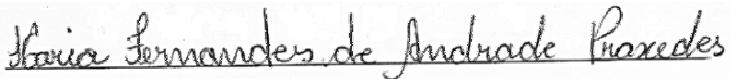
BANCA EXAMINADORA



Dr. Jairo Bezerra Silva. UELB
(Orientador)



Dr.ª Vaneide Lima e Silva. UEPB
(Examinadora)



Msc. Maria Fernandes de Andrade Praxedes. UEPB
(Examinadora)

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos e amados pais Gildécio e Silvana.

AGRADECIMENTOS

Deus, pai eterno, mestre dos mestres, criador da vida e rei da sabedoria!

À minha família, que não mediu esforços para que eu pudesse seguir minha caminhada e chegar até aqui.

À PROEX e ao CNPq pela contribuição financeira proporcionada durante os anos em que estivemos filiados à Extensão e ao PIBIC!

A UEPB, que me deu todo o aporte necessário à conclusão deste curso!

Ao meu professor, orientador e amigo Jairo Bezerra Silva, pessoa pela qual não tenho palavras para expressar toda a minha gratidão e admiração. O meu muito obrigado...

A todos os professores que contribuíram para o meu enriquecimento acadêmico. Em especial a querida profa. Carol Coeli, que me deu o apoio e incentivo necessário no momento em que pensei em desistir; a minha conterrânea profa. Maria Fernandes Praxedes, pelos valorosos ensinamentos teóricos, bem como a amizade que desencadeamos ao longo do curso; a magnífica e encantadora profa. Vaneide Lima, um exemplo de profissional e inspiração humana.

Verdadeiros amigos...

Ao eterno presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela criação do ENEM e SISU, programas pelos quais consegui entrar na UEPB para cursar esta licenciatura.

Aos meus nobres amigos Francinildo Graciano da Costa e Janduí Xavier Pereira, colegas de sala e companheiros de tantos estudos, trabalhos, projetos e avaliações ao longo deste curso e que ainda me acolheram por tantas vezes em suas residências até aqui. Dois irmãos que ganhei para toda vida!

À minha querida e amada companheira Natálha da Silva Almeida, mais uma pessoa especial que a UEPB me apresentou e que se tornou importante na minha vida e para a conclusão deste curso.

A todos os amigos que contribuíram de forma direta e indiretamente para o êxito deste trabalho. Abraços...

ESSES POBRES SÃO NOSSOS! UMA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO FEITA PELA IGREJA CATÓLICA SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

RESUMO

Constitui nosso interesse básico neste trabalho de conclusão de curso analisar os impactos sociais produzidos pelo Programa Bolsa Família (PBF), do Governo Federal, no município de Catolé do Rocha - PB, mas cristalizando nossa atenção para verificar, também, a maneira como se processa as estratégias de resistência da Igreja Católica em relação às diretrizes do referido programa. Desse modo, buscamos reconhecer o PBF como um programa gerador de possível mobilidade social, sem que, para isso, apresente um programa diferencial em termos de ruptura do assistencialismo, fazendo valer ainda como porta de saída os ideários dos programas das pastorais que ‘ofertam’ a “multimistura”, “natal sem fome” e “peixe na páscoa”. Para tal finalidade, fazemos uso de uma metodologia qualitativa voltada para descortinar a “barreira programática” de setores da Igreja Católica com ramificações na região semiárida. Partimos de uma perspectiva teórica atual das ciências sociais no que norteia à problemática da pesquisa, por meio das contribuições teóricas de Simmel (1998), Bourdieu (1998), Singer (2012), Rocha (2013), Cohn (2012), Bello (2016), entre outros. Esses autores nos ajudam a enxergar os termos da carta programática de assistência social que não se apresenta como tendo uma versão clara. Com a junção entre a metodologia e o aporte teórico utilizado e a sua aplicabilidade ao trabalho de campo no decorrer da pesquisa, chegamos às seguintes conclusões: a) Na concepção cristã, temos a dimensão qualitativa da pobreza ainda baseada na noção de caridade; b) a partir do período de vigência do PBF, iniciado no governo Lula, a Igreja tem articulado projetos sob o ideário neoliberal, caritativo assistencialista e voluntário, através de pastorais sociais, que tem como linha de frente a elite política e econômica, que buscam sucumbir a autonomia coletiva; c) o PBF se consolida como sendo eficaz e gerador de mobilidade social e promotivo de um processo de desidratação das ações “caritativas” da Igreja Católica; d) a Igreja Católica autoriza alguns atores sociais a elaborar parcerias discursivas no sentido de desqualificar o PBF por meio da reivindicação “caritativa” como forma de se estabelecer uma prática de inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família. Igreja Católica. Pobreza.

THOSE POOR ARE OURS! AN ANALYSIS OF THE EVALUATION MADE BY THE CATHOLIC CHURCH ON THE FAMILY BAG PROGRAM

ABSTRACT

Is our basic interest in this work of completion to analyze the social impacts produced by the BolsaFamília Program (PBF), the Federal Government, in the municipality of Catolé do Rocha - PB, but crystallising our attention to check, also, the way how the strategies of resistance of the Catholic Church in relation to the guidelines of the said program. In this way, we recognize the PBF as a generator program possible social mobility, without which, for this reason, submit a program differential in terms of rupture of welfarism, drawing even as output port of the ideários of programs of pastoral care that 'offer' to "multimixture", "Christmas without Hunger" and "fish on Easter". For this purpose, we use a qualitative methodology aimed to uncover the "programmatic barrier" of sectors of the Catholic Church with branches in the semi-arid region. We start from a theoretical perspective of the social sciences in which guides the problem of research, by means of the theoretical contributions of Simmel (1998), Bourdieu (1998), Singer (2012), Rocha (2013), Cohn (2012), Bello (2016), among others. These authors help us to see the terms of the charter programmatic social assistance that is not like having a light version. With the junction between the methodology and the theoretical framework used and its applicability to field work during the survey, we arrived at the following conclusions: a) The Christian conception, we have the qualitative dimension of poverty still based on the concept of charity; b) From the period of the PBF, initiated in the Lula government, the church has linked projects under the neoliberal ideology, charitable paternalistic and volunteer, through social pastoral, which has as the front line of the political elite and economically, seeking to succumb to collective autonomy; c) The PBF consolidates itself as being effective and generator of social mobility and promovente a dehydration process of actions "charities" of the Catholic Church; d) The Catholic Church authorizes some social actors to develop discursive partnerships in order to disqualify the PBF by claiming "charity" as a way to establish a practice of social inclusion.

KEYWORDS: Program BolsaFamília. Catholic Church. Poverty.

INTRODUÇÃO

A escolha da temática acerca da complexidade discursiva em torno da criação, execução e impactos socioeconômicos do programa de transferência de renda monetária Bolsa Família (PBF) do governo federal, como objeto de estudo do nosso trabalho de conclusão de curso (TCC), tem forte ligação com a nossa história de vida, enquanto nordestinos do sertão paraibano, região amplamente reconhecida nacionalmente pela escassez de água e pelos altos índices de pobreza.

Desde muito cedo, ainda criança, vivendo na zona rural de Brejo do Cruz – PB e sendo filho de agricultores analfabetos, assustava-me com a possibilidade de ser a próxima geração no repetitivo histórico de minha família, e isso se dava devido o meu contato e identificação com acontecimentos que eu ouvia nos relatos de vida contados pelos meus avós, os quais diziam que quando jovens eram tão pobres que nunca tiveram o prazer de colocar um par de chinelos novos nos pés, e assim, todas as vezes que eu colocava um “remendo” nos meus, a minha memória me remetia aos causos contados por eles. Durante as noites de lua cheia, no terreiro da casa próxima a nossa, onde era de costume toda a vizinhança se reunir, eu ouvia atenciosamente, na maioria das vezes com os olhos mais aguçados do que os próprios ouvidos abertos, histórias como essas:

“Tive sete filhos, mas dois são anjos, morreram no parto. A gente era tão pobre que enterrava em caixa de sapatos. Os meus mesmo estão enterrados no oitão da casa de vaqueiros na Fazenda Pedra Furada. (...) O segundo era uma menina, me queixo da frente de emergência de 1983, trabalhei nela com quase sete meses de bucho” (DONA CHICA, APOSENTADA).

“Eu tô com 38 anos, não estudei porque lá em casa só podia Betânia, o resto tinha que trabalhar na roça. Não gostava, então viajei pro sul. Primeiro, vendendo redes de dormir. Depois, em firma de construção” (DAMIÃO, PEDREIRO).

“Roupa só usava o que ganhava do povo, na semana do Dia de São Francisco, vinha o padre e um povo da igreja rezar terço na capela por uns dias e davam roupa usada. Como mãe rezava a novena e era das primeira a chegar na capela, ela sempre pegava pra nós. Só usava aquelas até o outro ano” (ROSA, DONA DE CASA).

Os relatos acima são exemplos de histórias de vida que evidenciam um ciclo da dura realidade vivenciada pelos pobres da região semiárida nordestina ao longo dos séculos. Trazendo para o campo acadêmico e/ou para o universo de Letras, essa temática se faz presente como principal característica da Literatura Regionalista Brasileira(LRB), a exemplo do romance “O quinze” (1930) de Rachel de Queiroz, na qual a autora narra a triste marcha do personagem Chico Bento e sua família pelo Estado do Ceará no ano de 1915,

demonstrando as circunstâncias durante as viagens enfrentadas pelos retirantes da seca na luta pela própria sobrevivência. Os trechos abaixo, retirados da obra de Queiroz (1930), afloraram ainda mais a motivação pela escolha da temática deste estudo:

Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse. (QUEIROZ, 1930 (2004), p.31)

Chico Bento deixou cair os braços magros, num gesto de desânimo:

- [...] Serviço no Tauape quase não tem mais... Onde é que eu arranjo com quer dar de comer aos filhos, se não for de esmola? (QUEIROZ, 1930 (2004), p.113)

A mulher inclinou a cabeça para o ombro, coço a nuca:

- A gente viúva... Sem homem que me sustentasse... Diziam que aqui o governo andava dando comida aos pobres... Vim experimentar (QUEIROZ, 1930 (2004), p.24)

Nesse contexto, através da observação e reflexão da realidade histórica relativa à pobreza como resultado de uma inoperância política, a partir da leitura de obras clássicas da literatura brasileira, que enfatizam a problemática em torno do pobre na sua condição humana, cidadã e da nossa proximidade com as construções sociais que são intensificadas em nossa região, devido a diversos fatores como o histórico e climático, é que o nosso interesse pela temática do Programa Bolsa Família começou a emergir dentre as demais possibilidades existentes.

Em oposição às explicações recorrentemente atribuídas à natureza ou localização territorial, nossa análise tem como foco a produção sócio-política dos cenários nos quais se produz e reproduz a pobreza em nossa região. Distanciamos-nos também das vertentes que dão explicações por via de discursos panfletários e/ou tecnicistas.

A condução deste trabalho de conclusão de curso nasceu com as discussões em sala de aula na disciplina de Sociologia da Educação, e crescendo com maior ênfase a partir da aprovação do nosso Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cota 20016/2017, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) vinculado ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo qual intensificamos nossos esforços em compreender as políticas assistencialistas do governo federal através dos programas de transferência de renda, especialmente o PBF, em sua interface com a estrutura social, analisando como os diversos estratos sociais se posicionam discursivamente diante tal programa, tendo como espaço de pesquisa o município de Catolé do Rocha – PB.

Durante a nossa *iniciação científica*, através de pesquisas sobre a temática do PBF e fazendo uma relação desta com os “flagelos” da pobreza dos quais testemunháramos enquanto sujeitos, tornou-se perceptível a inexistência de outra alternativa no sentido de desnaturalizar

aquela estória social, na qual milhares de pessoas eram emboladas, o que veio a nos motivar a querer estudar o processo de configuração da ação e dos discursos relativos à “caridade” pela Igreja Católica a partir do período de vigência dos programas de transferência de renda iniciados nos governos Lula e continuados no governo Dilma, dado que estão diretamente relacionados à trajetória de vida de muitos brasileiros, especialmente nordestinos, como nós.

Assim, apresentamos este trabalho de conclusão de curso, no qual dialoga com a contextualização acima exposta, assim, diante do exposto, formulamos a seguinte questão de pesquisa norteadora deste estudo: Como funciona (se dar) o conjunto de estratégias discursivas utilizadas pela Igreja Católica, relativas à classificação e desclassificação do Programa Bolsa Família no município de Catolé do Rocha – PB?

Diante tal problemática, constitui nosso interesse básico neste trabalho, analisar a maneira como os impactos do PBF se processam como instrumentos geradores de mobilidade e de autonomia social, restringindo a ocorrência da ociosidade entre os beneficiários no município de Catolé do Rocha - PB. Nesse intuito, inicialmente observamos os impactos socioeconômicos produzidos pelo PBF no referido município, mas cristalizando nossa atenção para analisar, com maior acuidade, a maneira como se processa as estratégias de resistência da Igreja Católica, no sentido de reconhecer o Bolsa Família como um programa gerador de possível mobilidade social, sem que para isso, proponha um programa diferencial inovador em termos de ruptura do assistencialismo, fazendo valer ainda como *porta de saída*, os ideários dos programas das pastorais que são ‘ofertados’ sob a construção da dádiva e da caridade.

A metodologia da qual fazemos uso para este trabalho é de caráter qualitativo e as nossas principais ações de trabalho são conduzidas de uma maneira a entender a funcionalidade do discurso que enfrenta a execução programática do PBF, e que ao mesmo tempo, ressalta os trabalhos das pastorais como ações ‘caritativas’ de ordem eficiente no sentido de superação da condição de pobreza no município de Catolé do Rocha-PB.

Diante da complexidade do estudo, organizamos este trabalho da seguinte maneira: no primeiro ponto, apresentamos o aporte teórico, com a revisão de literatura específica, e também, outra de âmbito colateral, não se distanciando dos discursos relativos aos programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família. Contemplamos ainda, a inclusão de teóricos atuais com a temática na elaboração do nosso objeto de estudo. Em seguida, fazemos uma breve explanação da relação entre a literatura brasileira e a pobreza, por meio da caracterização da figura do pobre dentro das obras pertencentes ao movimento literário

modernista, principalmente do Regionalismo. Por fim, apresentamos algumas informações e dados acerca do Programa Bolsa Família, como a sua criação, objetivos e operacionalidade.

No segundo ponto, apresentamos os desdobramentos e aplicabilidade da metodologia qualitativa da qual fazemos uso, seguido dos resultados que demonstram como se dá o processo de configuração da ação e dos discursos condenatórios e absolutivos devotados ao PBF. Por último, prosseguimos com a discussão dos dados e expomos as conclusões às quais chegamos neste TCC.

A seguir apresentamos o pensamento sociológico que utilizamos como aporte teórico e a sua relação com o nosso objeto de estudo.

1 PERSPECTIVA TEÓRICA E CONFEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Nesse estudo, tendo como objetivo compreendermos a complexa problemática existente em torno dos impactos proporcionados pelo PBF, em termos qualitativos, por meio da percepção nas mudanças ocorridas nos diversos segmentos dos campos econômico, político e social sobre a vida dos seus beneficiários, bem como descortinar a “barreira programática” de resistência ao Programa por parte de alguns setores da Igreja Católica, que considera o Bolsa Família como causador de um alto grau de acomodação nas famílias beneficiárias e contribuinte para a “favelização no campo” em nível de Nordeste (CNBB, 2006). Para isso, fazemos uso de duas perspectivas teóricas: a Sociologia Científica e a sua relação com os programas de transferência de renda no Brasil e a Literatura Regionalista Brasileira com enfoque na questão social.

Em soma aos estudos técnicos na área dos programas de transferência de renda no Brasil e no mundo, bem como outros de áreas afins, que acabam por ser na maioria das vezes de ordem panfletária, entendemos que as perspectivas teóricas acima elencadas e aqui utilizadas, contribuem efetivamente para uma abordagem complexa do debate sobre a atual conjuntura no campo de embates de discursos acerca do Programa Bolsa Família.

Na primeira perspectiva, tomamos inicialmente como base as formas sociológicas postuladas por Georg Simmel, importante sociólogo alemão que passou grande parte de sua vida pensando e repensando as questões referentes aos fundamentos da sociologia, na busca pelo reconhecimento da mesma enquanto ciência e conseqüentemente o seu lugar no meio acadêmico.

Em seu programa sociológico, Simmel (2006) aponta que as principais questões recorrentes ao campo de estudo da sociologia estão na relação entre indivíduo e sociedade.

Para ele a sociedade é algo abstrato e o que realmente existe de concreto são os indivíduos, nos quais devem ser o objeto central da análise. Nessa perspectiva, buscamos ouvir os sujeitos dos “dois lados da moeda” em nossa problemática de estudo: os beneficiários do PBF e os representantes da Igreja Católica, como os padres e agentes das pastorais e programas de caridade desta instituição eclesial no município de Catolé do Rocha - PB.

Esse movimento de interações sociais por meio de discursos divergentes acerca do Bolsa Família em nosso estudo, caracteriza e compõe um dos principais conceitos de Simmel, denominado de *sociação*, que diz respeito aos movimentos e/ou as relações dos indivíduos no meio social. Assim, ao estudarmos como se dá as estratégias e discursos referentes ao PBF por visões pró e contra, estamos atuando no campo e utilizando o método sociológico postulados por Simmel (2006) *apud* França (2014, p. 209) “o campo e o método sociológicos devem, portanto, estudar essas formas de sociação a qual compreende indivíduo e sociedade”.

Já dentro da nossa temática de estudo, Simmel (1998) reconhece que a pobreza representa uma construção social, a partir de uma relação de interdependência entre os designados pobres e os não-pobres, cujas práticas de interação são mediadas por direitos e deveres de caráter relativo, que não se faz presente na ideologia do programa na tentativa de não fazer valer como símbolos resultantes de acomodação e do assistencialismo, tal como a Igreja Católica concebe o PBF, conforme demonstra a carta programática da CNBB (2006).

Nesse contexto, Goffman (1993) sendo pioneiro em pensar o conceito de estigma numa perspectiva social, nos auxilia a enxergar essa relação entre atributo e estereótipo, em que a sociedade, por meio das interações sociais, institui como as pessoas devem ser e torna esse dever como algo natural e normal.

A identidade social estigmatizada faz com que a pessoa que a detêm, ou seja, o pobre se reconheça apenas pela ótica opressora (GOFFMAN, 2008 *apud* MOURA&XIMENES, 2016), o que resulta num enfraquecimento da capacidade de enfrentamento de sua condição social, fazendo surgir uma identidade social e papel específicos para o pobre na sociedade, na medida em que “eles reproduzem processos de dominação existentes, construindo-se de forma naturalizada e ideológica como maneira de manutenção de uma ordem opressora e desigual” (MOURA&XIMENES, 2016, p.77).

Ainda para Goffman (2008), as pessoas ou instituições, sejam públicas ou privadas, desempenham os seus papéis enquanto indivíduos constituintes de uma sociedade, de acordo com a autoimagem que eles possuem de si mesmos e que desejam transmitir ao próximo, de tal modo que nessa interação, se produz um “consenso operacional” no intuito de evitar o

conflito social entre classes e assim assegurar o fluxo da “representação”, fatores estes que dão origem a *frame*, ou quadro, principal conceito de Goffman, que diz respeito aos “princípios de organização que estruturam os acontecimentos – pelo menos aqueles dotados de caráter social – bem como o nosso próprio engajamento subjetivo”, na mediação entre indivíduo e sociedade (GOFFMAN, 1991 *apud* SANCHIS, 2011).

Desse modo, em outras palavras, fazemos uso de um suporte teórico no campo sociológico em sua cientificidade ante a configuração das políticas públicas de transferência de renda no Brasil e no exterior, a exemplo do PBF, bem como das práticas caritativas da Igreja Católica.

Cohn (2012) é a autora que, inicialmente, nos apresenta as principais questões norteadoras do debate em torno das políticas sociais e pobreza no Brasil, quando utiliza em sua obra, cartas escritas por pessoas pobres e beneficiárias do PBF destinadas ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como forma de analisar a maneira como os pobres vivem e vivenciam a presença ou ausência de proteção social.

Já Souza (2009) tratando das questões hierárquicas na sociedade, possibilita-nos refletir criticamente acerca da condição de ser constituinte da “Ralé brasileira”, bem como, analisar sociologicamente a ideologia da Igreja Católica, apregoada por alguns de seus segmentos, em que a “caridade” é difundida como porta de saída para o pobre.

Neste mesmo eixo temático, retornamos a Simmel (1998) que através de seus estudos de análise sobre a estruturação social, utiliza metodologicamente um olhar institucional acerca da pobreza e da condição de ser pobre, público alvo do PBF e dos programas sociais das pastorais da Igreja Católica, o que se aplica vai nos levar ao entendimento de que *de facto* ou *de jure* o pobre é aquele que é assistido ou deveria ser, de acordo com as normas sociais, expedidas para a longa duração das diferenças de classes. Assim, a assistência recebida publicamente do Estado ou outra instituição, a exemplo da Igreja Católica, é a marca identitária que contribui para confirmar a condição de ser pobre e que define a pobreza como uma camada específica da sociedade, marcada pela desigualdade e a dependência das demais, enquanto “classe passiva”.

Rego&Pinzani (2013) dão importante contribuição teórica acerca da relação entre renda, dinheiro e autonomia, por meio de análise qualitativa dos discursos de beneficiários do PBF, pelos quais tratando das representações sociais da pobreza nos leva ao entendimento de que os pobres são incumbidos a acreditarem que são os únicos causadores de sua condição, devido a sua inferioridade intelectual e falta de vontade, e por isso são merecedores das humilhações e precariedades impostas a sua condição social (EIRÓ, 2015).

Fazendo uma analogia entre a carta programática de assistência social do pensamento neoliberal presente nos estudos de Bourdieu (1998) e Zimmermam (2006) e suas regras com as políticas de distribuição de renda no Brasil, cuja trajetória dialética é apresentada por Rocha (2013), demonstram que programas sociais como o PBF são importantes contribuintes para a redução da pobreza e indigência no país, mesmo com os problemas de focalização apresentados.

A autora referida acima define pobreza, na sua complexidade e multidimensionalidade, como a condição na qual o indivíduo não tem suas necessidades atendidas adequadamente, para tanto a divide em dois tipos: pobreza relativa, relacionada às necessidades básicas para a manutenção da vida, ou seja, a falta de condições para a sobrevivência física e a pobreza relativa, que tem como marca as necessidades a serem supridas determinadas pelo padrão de vida social ao qual o indivíduo está inserido, segundo (ROCHA, 2013).

No Brasil, por não possuir uma linha nacional de pobreza delimitada, possibilita a existência de muitas divergências acerca das linhas de indigência e pobreza, cujos valores são concebidos pelo PBF da seguinte maneira: a renda *per capita* familiar abaixo de R\$: 85,00 (oitenta e cinco reais) para a condição de extrema pobreza e acima desse valor até o máximo de R\$: 170,00 (cento e setenta reais) para a pobreza, valores estes que têm como base o relatório anual do Banco Mundial.

Entretanto, considerando a linha de indigência como aquela em que é medida apenas o consumo alimentar necessário a subsistência, sem acrescentar nenhum outro gasto e que a pobreza inclui gastos não alimentares que são indispensáveis a condição de vida social, Bello (2016) fazendo análise de dados presentes em Rocha (2003) e atualizando-os de acordo com o Índice de Custo de Vida (IPCA) entre os anos de 1987-2016, nos aponta que a linha de indigência ou extrema pobreza no Brasil está na casa de R\$: 194,80 (cento e noventa e quatro reais e oitenta centavos) *per capita* e a pobreza em torno de R\$: 509,90 (quinhentos e nove reais e noventa centavos), o que para os parâmetros atuais adotados pelo PBF, estariam respectivamente 2,2 e 2,9 vezes acima do considerado pelo governo federal.

Para sustentar tal tese, Bello (2016) destaca a expansão dos serviços públicos nos últimos anos, bem como as exigências de locomoção para ter acesso a tais bens e ao campo de trabalho, fatores que se fazem necessário à subsistência na sociedade moderna. Enfatiza ainda, sob uma ótica exclusiva no meio dos estudos sociais, os impactos dos valores pagos pelo PBF na vida dos seus beneficiários, em que demonstra que a transferência monetária do programa passa longe de possibilitar a saída das famílias da condição de extrema pobreza ou pobreza,

ao elencar que em suma, o PBF insere no máximo R\$: 40,00 (quarenta reais) à renda per capita da família beneficiada.

Porém, as políticas públicas sociais instauradas a partir do primeiro mandato do governo petista de Lula, fenômeno que ficou conhecido como o “Lulismo”, em articulação com o PBF possibilitaram impactos relevantes perante a pobreza e desigualdade no país, por propiciar o aumento de renda, principalmente para aqueles das regiões mais pobres e inseri-los em um contexto socioeconômico e político-ideológico no Brasil, e assim, segundo o autor abaixo relacionado, criando “um novo horizonte de expectativas aos beneficiários do BF” (BELLO, 2016, p.179).

Sob essa ótica perceptiva, podemos tomar como exemplo, os programas sociais de transferência de renda de outros países, tendo em vista que segundo o Banco Mundial (2016), o modelo do BF foi “exportado” para 52 países. E assim, nestes países, percebemos a diferença de valores em relação ao PBF do Brasil, quando na Holanda, o programa de renda mínima paga um salário mínimo aos beneficiários, o que em reais chega a uma ordem de R\$: 5.363,60 (cinco mil e trezentos e sessenta e três reais e sessenta centavos); na Suécia, o parlamento concedeu como renda mínima 2.500 francos suíços por cidadão, o que equivale atualmente a R\$: 7.933,20 (sete mil e novecentos e trinta e três reais e vinte centavos); no México, país considerado de mesma ordem econômica que o Brasil, e que tem programa em escala nacional como o PBF, o chamado “Oportunidades”, que cobre 5,8 milhões de família, chega ao montante de US\$: 330 (trezentos e trinta dólares), ou seja, R\$: 1.045,12 (hum mil e quarenta e cinco reais e doze centavos) mensais, valores todos muito acima dos R\$: 372,00 (trezentos e setenta e dois reais) máximos transferidos pelo PBF brasileiro.

A nossa experiência num primeiro momento, nos leva ao entendimento de como as práticas assistencialistas devotadas ao PBF, já bastante difundidas de maneira muito estigmatizante pela Igreja Católica, se dão através do discurso da “caridade” para com a existência dos “pobres”. O que para nós representa um discurso recheado de lacunas por não apresentar um projeto estruturante e incentivador que quebre a dependência social em seus diferentes níveis, e, em especial, os que estamos observando. Em direção contrária ao discurso da Igreja, percebemos que o Bolsa Família tem possibilitado uma relativa autonomia aos seus beneficiários, conforme aponta os estudos deRego&Pinzani (2013), Sicsú (2013) e Singer (2013).

Ante a atual conjuntura brasileira para a Igreja Católica, em que as manifestações religiosas estão cada vez mais presentes nos diferentes segmentos da sociedade e que o PBF é considerado como o responsável por tirar o Brasil do Mapa da Fome (ONU, 2014) observa-se

que a assistência ‘ofertada’ pela Igreja Católica, ao longo da história, tem sido utilizada não no intuito de proporcionar uma melhoria de vida para os que a recebem, mas sim em caráter assistencialista, como uma medida de emergência, autoritária e paternalista (SILVA, 2006). Além de que o pensamento neoliberal difundido pela instituição religiosa concebe a necessidade de prestar ajuda aos pobres, mas não reconhece as políticas públicas como um direito humano (ZIMMERMAN, 2006).

A seguir, faremos uma breve contextualização acerca da situacionalidade da figura do pobre dentro do contexto literário brasileiro, figura na qual aparece como sendo o protagonista no enredo de obras precursoras do Modernismo no Brasil, com destaque para o Romance de 30 e o Regionalismo.

O pobre na literatura brasileira

Nesta seção, buscamos enfatizar que a figura do pobre, aqui entendida como sendo a do beneficiário do PBF, está interligada à literatura regionalista devido ao fato de essa caracterizar a vida do sertanejo e sua dura realidade frente à seca nas obras literárias, que eclodiram a partir da década de 30.

Os romances regionalistas apresentavam em seus enredos ficcionistas, temáticas reais de cunho político, social e climático do semiárido nordestino, com o objetivo de demonstrar a população os problemas originários da estiagem perdurante por muitos anos e do descaso governamental para com a população sertaneja.

O Regionalismo surge no Brasil no início do século XIX, perante uma realidade social marcada por conflitos sociais e políticos. Nesse contexto, os autores desse movimento, com destaque para Euclides Cunha, Lima Barreto e Graça Aranha, entre outros, sobre forte influência da literatura europeia, promulgam uma nova literatura chamada de pré-modernista, com foco sob os assuntos atuais e que assume o papel de denunciar a dura realidade enfrentada pela massa popular brasileira, com ênfase para os nordestinos das regiões semiáridas.

Assim sendo, são características das obras regionalistas, além da temática relacionada às questões sociais e políticas, apresentarem uma linguagem coloquial, muito próxima da falada pelo povo e apesar de serem obras de ficção, tem sua produção com alto grau de verossimilhança com a realidade, fazendo de seus romances um forte denunciante dos acontecimentos e das características da estigmatizada região Nordeste do Brasil.

Já na segunda fase do Modernismo, têm destaque os autores Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Érico Veríssimo e José Lins do Rêgo, por retratarem nas

linhas de suas obras ficcionistas a problemática referente às questões naturais, econômicas, políticas, sociais e regionais do Brasil, tido como “país continental”, sendo destacada também a diversidade cultural do nosso povo, conforme destaca (ANDRADE, 2014).

No início do século XX cresce a produção literária que evidencia o pobre na figura do retirante nordestino, no intuito de mostrar os problemas sociais e os flagelos da região Nordeste, secularmente conhecida como a que possui o maior índice de pobreza e miséria. Assim, os autores do movimento modernista, pertencentes ao denominado Romance de 30, produzem uma literatura de forte influência sociocultural, à medida que trazem à tona a dura realidade vivenciada pelo nordestino, que devido as fortes estiagens que castigam o seu solo, migram para outras regiões do Brasil em busca de condições melhores de vida.

A título de exemplificação de autores que tratam do pobre, sertanejo e retirante nordestino, tomamos também como base os estudos de Andrade (2014) e dentre os vários representantes da segunda e terceira fases do modernismo brasileiro, elencamos em consonância com a autora, os seguintes nomes e obras: *A Bagaceira* (1928) de José de Américo de Almeida, *O quinze* (1930) de Rachel de Queiroz, *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos e *Morte e Vida Severina* (1955) de João Cabral de Melo Neto.

O romance *A Bagaceira* (1928) de autoria de José Américo de Almeida é considerado a obra precursora do Regionalismo Brasileiro, como destaca Guimarães Rosa *apud* Proença (2017, p.03) ao dizer que a referida obra “abriu para todos nós o caminho do moderno romance brasileiro”. Trata-se de uma história de amor trágica que figura como uma crítica social ao denunciar as mazelas enfrentadas pelo nordestino, principalmente àquelas oriundas da seca e as carências da sociedade semiárida do Nordeste, revelando ainda os meios de sobrevivência encontrados pelos retirantes dentro dos engenhos de açúcar, a partir do bagaço da cana como fonte de alimento, daí o título da obra.

Posteriormente e bem próxima à obra anteriormente citada, em 1930 Rachel de Queiroz publica *O quinze*, em alusão ao ano de 1915, que ficou marcado pela grande estiagem ocorrida no Nordeste. É esse cenário de lamúrias que Rachel retrata na obra, através da fuga do personagem Chico Bento e toda sua família, que sai do semiárido cearense até a capital do Estado, destacando a dura realidade vivida pelos retirantes nordestinos que abandonam suas terras e arrastam seus filhos e esposas, levando consigo somente a esperança por dias melhores em regiões distantes e acabam por enfrentar obstáculos assombrosos como a fome, o cansaço, a humilhação e a morte como uma realidade atestada no romance queiroziano.

Assim como em *O quinze*, a obra *Vidas secas* (1938) de Graciliano Ramos, vem também demonstrar a vida do retirante da seca, sua força e sua persistência na intensa batalha

pela própria sobrevivência. Na obra é enfatizado as peculiaridades da realidade desse povo, trazendo à tona a desumanidade que a seca promove ao sertanejo, na sua condição física e psicológica, retratados através do personagem Fabiano e sua família.

Já na terceira fase do Modernismo, a temática do retirante da seca ainda se faz presente, como no poema *Morte e vida Severina* do autor João Cabral de Melo Neto, lançado em 1955. Ao longo de seus versos, em uma estrutura que muito se assemelha a literatura de cordel, o autor apresenta uma narrativa em primeira pessoa, onde o eu lírico é um retirante da seca que fala de suas vivências, o que proporciona, com riqueza de detalhes, apresentar ao leitor a dura realidade vivida no semiárido do Estado de Pernambuco, demonstrando também inúmeros aspectos sociais presentes à época.

Assim, as obras acima trazem em seus enredos uma característica marcante da literatura ao tratar do Nordeste, que diz respeito à narração dos aspectos climáticos da “região seca” e do personagem retirante, o homem que devido a falta de condições de sobrevivência na sua terra natal por causa das fortes estiagens, partem com sua família numa dura viagem em busca de melhores oportunidades e condição de vida, motivados apenas por “um coração ressequido de sonhos e esperança” (ANDRADE, 2014, p.12).

Porém, mesmo que a maioria das obras da literatura regionalista trate da fuga dos retirantes, mostrando todos os sofrimentos desses guerreiros em suas viagens por “sede” de dias melhores, o herói é entendido como aquele que fica no sertão e enfrenta ali todas as mazelas humanas, causadas pelas condições climáticas da região e pelo abandono político a esse povo, conforme aponta Bosi(2006) *apud* Andrade(2014, p.12) “O herói opõe-se e resiste agonicamente as pressões da natureza e do meio social”

Abaixo, apresentamos algumas informações e dados do Programa Bolsa Família, referentes a sua criação, institucionalidade e efetivação no âmbito nacional e no *locus* de nossa pesquisa.

Breve enlace sobre o Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que nasce da fusão de outros programas pré-existente a ele, como o Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Vale Gás e Cartão Alimentação.

O Governo Federal, na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio dessa união tem o objetivo de reduzir gastos administrativos a partir de uma gestão centralizada, coordenada e integrada intersetorialmente. Assim, é criado o PBF em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória nº 132 e legitimado pela Lei nº 10.836, de 09 de

janeiro de 2004 e pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Figura como o principal objetivo do BF o combate à pobreza, para tanto, interpreta a pobreza como insuficiência monetária e admite o caráter multidimensional da mesma (COHN, 2009). Diante disto, o PBF concentra as suas ações em duas frentes:

- a) O alívio da pobreza e da fome em curto prazo via a transferência de renda direta às famílias;
- b) O desfazimento do ciclo intergeracional da pobreza através de estímulos ao desenvolvimento do capital humano por meio da imposição de algumas condicionalidades às famílias beneficiadas, nas áreas de saúde e educação.

As condicionalidades do PBF têm como objetivo “contribuir para facilitar e ampliar o acesso das famílias mais excluídas aos serviços de saúde, educação e assistência social, com possibilidade de contribuir para a redução da pobreza na próxima geração” (op. cit. p.188). Em relação à educação, as famílias têm a obrigação de manterem seus filhos na escola, com índices de frequência escolar mensal mínima de 85% para filhos de até 15 anos de idade e 75% para jovens entre 16 e 17 anos de idade.

Já em relação à saúde, é exigido o acompanhamento do calendário de vacinação de crianças menores de 07 anos de idade e o pré-natal de mulheres entre 14 e 44 anos. No tocante à assistência social, a crianças e adolescentes menores de 15 anos, devem participar do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, tendo frequência escolar de 85%.

Dado essas obrigatoriedades, muitos autores defendem que as condicionalidades do PBF são muito mais importantes do que a própria transferência de dinheiro, tendo em vista que proporciona o aumento do capital humano e eleva a segurança alimentar (Soares e Sátyro, 2009).

O PBF, apesar de ser um programa oriundo do Governo Federal, tem sua gestão descentralizada. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pela gestão e operacionalidade do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, este último que é o instrumento de coleta de dados para a identificação de todas as famílias em situação de pobreza no país. São inclusas no Cadastro Único (CadÚnico) as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo.

Aos municípios e estados é delegada a função de implementação, capacitação, funcionamento e fiscalização, sob a cooperação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS), em que podem realizar bloqueios, cancelamentos e reversão de cancelamentos de benefícios, caso não sejam cumpridas as condicionalidades impostas no PBF. Entretanto, a concessão e a suspensão dos

benefícios são de responsabilidade do Governo Federal.

Alguns autores criticam a atuação do governo por exigir das famílias, contrapartidas para a obtenção e manutenção dentro do PBF, pois estes autores interpretam o Programa como uma importante medida de proteção social, em que essas condicionalidades penalizam as famílias mais vulneráveis, que na grande maioria encontra barreiras ou maiores dificuldades no cumprimento do que é exigido (SOARES&SÁTYRO, 2009).

É importante destacar que não necessariamente o descumprimento das condicionalidades acarretará obrigatoriamente em penalidades ou exclusão do Programa, dado que se faz necessário a investigação dos motivos que ocasionaram o não cumprimento dessas obrigatoriedades impostas as famílias beneficiárias, tendo em vista que algumas delas podem morar longe da cidade ou mesmo de escolas e postos de saúde e assistência social, sendo cabível ao Estado a garantia e condições necessárias para o acesso à esses bens por parte das famílias (TRALDI, 2011).

Em 2009, o Bolsa Família adotou uma forma de divisão entre às famílias pobres das não pobres, atualizada anualmente e que acompanha o índice do desenvolvimento econômico e do salário mínimo do país. Dessa forma, o PBF transfere atualmente aos beneficiários que têm filhos entre 0 e 15 anos de idade um Benéfico Variável (BV) no valor de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por criança, sendo computado o limite máximo de cinco filhos nessa idade por domicílio; enquanto as mães beneficiárias que têm filhos entre 16 e 17 anos de idade recebem o Benefício Variável Vinculado à Adolescência (BVJ) no valor de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais), com o limite de até dois por família. Assim, os valores dos benefícios podem variar entre R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) e R\$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais) por família (BB+5 BV +2 BVJ). No ano de 2016, o PBF teve um custo de R\$ 28,11 bilhões de reais, o que correspondeu apenas a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo que segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) *apud* Valor Econômico (2013) “cada R\$ 1 gasto com o Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos) ao PIB”.

Em julho de 2017, o Programa beneficiou no país um público de 12.740.640 famílias, com um custo mensal na ordem de R\$: 2,3 bilhões, transferidos em média R\$: 181,39 (cento e oitenta e um reais e trinta e nove centavos) por família. Esses valores têm repasse do governo federal para o Banco Caixa Econômica Federal, (cf. MDS, 2017) que é responsável pela seleção, cálculo dos valores e pelo pagamento das famílias via cartão magnético. Fato este, que limita a intervenção de qualquer gestão, seja federal ou municipal, na seleção efetiva dos beneficiários.

Quando fazemos essa mesma pesquisa referente ao *locus* de nosso estudo, ou seja, o

município de Catolé do Rocha – PB com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) observamos que o mesmo teve no mês de julho de 2017, 3.937 (três mil e novecentos e trinta e sete) famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, o que corresponde a 13,04% da população total do município, sendo repassado um valor de R\$: 619.128,00 (seiscentos e dezenove mil e cento e vinte e oito reais), com benefícios médios de R\$: 157,26 (cento e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), representando em termos numéricos, quando feita uma divisão do montante mensal pelo valor do salário mínimo vigente no país, em aproximadamente 660 (seiscentos e sessenta) salários mínimos injetados diretamente na economia local, mensalmente. A Caixa Econômica Federal apresenta um estudo, no qual aponta que essa renda promove a inclusão social das famílias beneficiadas, possibilitando a emancipação e construindo mais condições para a saída da condição de vulnerabilidade social, em que elas se encontram (BRASIL, SIBEC, 2014).

Ainda em termos numéricos acerca da atuação do PBF no município de Catolé do Rocha – PB, percebe-se que o referido programa tem obtido êxito, no que tange o combate à pobreza e a consequente acessão econômica dos seus beneficiários, tendo em vista que no mesmo mês/referência (julho) no ano de 2016, quando o país adentrava na famigerada “crise econômica” que perdura até hoje, o município de Catolé do Rocha – PB tinha 4.043 famílias beneficiárias, ou seja, mesmo com o encolhimento da economia e a depressão do mercado de trabalho, o número de beneficiários do PBF vem diminuindo.

Esse movimento se constata também, quando comparamos os números do chamado “cadastro de reserva” que diz respeito às famílias que estão dentro das condicionalidades do Programa Bolsa Família e mesmo assim não recebem tal benefício, nos quais em junho/2016, existiam 927 famílias em tal condição, sendo que no mesmo mês do ano em curso, esse número caiu para 861 famílias, o que demonstra uma queda de quase 8% desse público.

Nesse sentido, outro dado importante refere-se à queda no número de famílias na condição de extrema pobreza (EP) e pobreza (P), tendo em vista que em junho/2016 existiam consecutivamente 4.761 famílias na primeira condição e 271 famílias na segunda. Já em junho/2017, esses números de famílias caem para 4.565 na condição EP (queda de 4,2) e 233 (queda de 14%) na condição P, o que demonstra que o PBF tem causado considerável mobilidade socioeconômica na vida dos seus beneficiários, dado o exemplo do município de Catolé do Rocha – PB.

A seguir, passaremos à segunda parte do nosso trabalho, na qual apresentamos a discussão e os resultados, aos quais chegamos a partir da aplicabilidade de nossa metodologia de cunho qualitativo, na busca de entendermos como se configuram as ações e discursos

inerentes à “caridade” pela Igreja Católica com a institucionalização do PBF.

2 O MUNDO DOS BENEFICIÁRIOS DO PBF EM CATOLÉ DO ROCHA – PB: A EMISSÃO DE SENTENÇAS CONDENATÓRIAS OU ABSOLUTIVAS

Nesta seção, expomos as especificidades discursivas inerentes ao Programa Bolsa Família no município de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba. Para isso, a abordagem qualitativa foi utilizada e levamos a cabo um plano que nos possibilitou fazer com que o entendimento do objeto de estudo não (re)produzamos geradores de preconceito, teoricamente draconianos por serem moldados no hiato da superficialidade.

Num primeiro momento, buscamos identificar a linha discursiva em termos progressista ou conservador devotada ao bolsa família pela Igreja Católica no município de Catolé do Rocha- PB. Nesse intuito, passamos a ir missas na paróquia local, bem como encontros religiosos e grupos de oração com representantes da Igreja, realizados nos bairros do referido município.

Assim, realizamos entrevistas semiestruturadas com os padres locais, a fim de verificar o alinhamento destes com o discurso da diocese e da CNBB em relação ao Bolsa Família, para que a partir daí pudéssemos formular a construção de um tipo ideal na perspectiva weberiana do discurso “caritativo” colocado em prática no município de Catolé do Rocha - PB, enxergando-o como uma possível aproximação da realidade e não como algo fechado em sua objetivação teórica.

As principais variáveis observadas e reformuladas, têm a seguinte configuração neste trabalho: a) o papel da paróquia em relação à exequibilidade do PBF no município em estudo; b) os pontos convergentes entre as ações “caritativas” da Igreja e as ações do PBF; c) a focalização dos choques programáticos entre o que a Igreja e o PBF planejam e fazem em termos de superação da miséria com os programas que coordenam; d) e que estratégias utilizam para combater o PBF.

Fizemos também, entrevistas semiestruturadas com os membros da Igreja Católica representados entre os diferentes estratos sociais, a fim de fazer com que a representatividade seja assegurada de maneira paritária.

Desse modo, este trabalho enfatiza, principalmente, a análise de como se configuram os discursos de *observadores* do PBF, mais especificamente aqueles produzidos por representantes de programas de assistência social oferecidos pela Igreja Católica, num contexto em que o Bolsa Família se consolida como sendo *eficaz* e gerador de mobilidade social, o que tem proporcionado um processo de *desidratação* das ações “caritativas” da

Igreja Católica.

Do “outro lado da moeda”, apresentamos a percepção dos beneficiários do PBF sobre o referido programa no município de Catolé do Rocha- PB, a fim de entendermos como se dá a valoração atribuída ao Bolsa Família, quais são os principais impactos elencados e em que fatores (saúde, educação e assistência social) na vida destes.

Assim, realizamos entrevistas não estruturadas com beneficiários do PBF residentes da zona rural e urbana do município de Catolé do Rocha-PB. Abaixo, encontra-se um sintético resumo de nossas entrevistas.

Inicialmente, enfatizamos que a Igreja Católica no município de Catolé do Rocha – PB constitui-se com um clero religioso de 03 (três) freis da ordem dos frades menores capuchinhos, na coordenação e administração da paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, localizada no centro da cidade. A paróquia conta ainda, com 10 (dez) pastorais, entre elas a pastoral da comunidade e o postulante capuchinho, que desenvolvem as campanhas e programas sociais da Igreja no referido município. Segundo o IBGE (2010), Catolé do Rocha – PB tem 81,85% de sua população pertencente à religião católica apostólica romana, o que em números daria na ordem de aproximadamente 23.540 pessoas.

Em um dos nossos primeiros “encontros”, num momento de pregação do grupo “homens do terço” em uma residência no Bairro Tancredo Neves, considerado o bairro mais pobre e violento da cidade de Catolé do Rocha - PB, observamos que o discurso da caridade é difundido como uma obrigação cristã, sendo um ato de nobreza e amor ao próximo, da Igreja para com os mais necessitados, considerados filhos do mesmo pai e criador. E ainda, como importante ação de salvação para ambos os lados, ou seja, tanto para quem faz a caridade por está partilhando o pão, quanto para quem a recebe por demonstrar a humildade de aceitar sem conflito o que lhe é oferecido, conforme fica claro na fala do padre enquanto pregava na missa, abaixo:

Sejamos sempre misericordiosos, sejamos solidários, contribuamos com as campanhas de caridade, façam doações, ações de amor ao próximo, façamos parte todos nós da Igreja, a Igreja que acolhe a todos, que não ver raça, partido ou cor. Se Jesus é o nosso líder, como de fato é. A igreja é o palácio de Deus, onde ele dá as instruções para o seus servos (PADRE FELIPE, PARÓQUIA DE CATOLÉ DO ROCHA - PB).

Na fala acima, percebemos o excesso de chamamento à caridade e um amplo esvaziamento das questões políticas relacionadas ao que produz e reproduz as relações de desigualdade social. E ainda, um discurso autoritário no qual conduz o indivíduo a Igreja, local onde este deve buscar as instruções para a busca da melhoria de vida, tomando-as como

direito e verdade.

Em outras ocasiões, por meio de entrevistas semiestruturadas, através de diálogos com representantes de pastorais e grupos religiosos ligados à Igreja Católica, sendo importante destacar que na grande maioria esses representantes religiosos são da classe média alta, tais como: professores, servidores ou aposentados, comerciantes e proprietários de terra, percebemos o discurso “incumbido” e “sutil” de crítica aos programas sociais de transferência de renda do governo federal, a exemplo do PBF, quando estes afirmam que a Igreja assume por diversas vezes o papel do Estado, e que somente nos últimos 13 (treze) anos, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) se teve políticas que se aproximaram da população carente, mas com interesses políticos e como medidas assistencialistas, que não possibilitam a mudança ou superação da realidade na qual os pobres estão inseridos, como relata o Sr. Francisco, professor da rede municipal de ensino e líder dos homens do terço no município de Catolé do Rocha – PB:

Vejo o bolsa família com bons olhos. Ajuda os pobres. Porém, podia ser melhor. O valor é pouco, não tem o mesmo nome, mas é uma esmola também. E vejo um interesse político, começa no município, colocam as pessoas que querem, dão a quem não precisa e dificulta a quem não é do partido de quem tá no poder. É como eu já disse. É um ótimo programa, tem uma grande contribuição, pois tudo que é ofertado a quem precisa é bom. Porém, falta gestão e honestidade (FRANCISCO, REPRESENTANTE DO GRUPO CATÓLICO “HOMENS DO TERÇO”).

Observamos na fala acima, o viés do pensamento neoliberal brasileiro, cujo discurso proferido acerca dos programas de transferência de renda do governo federal é sempre de cunho estigmatizante, atribuindo estereótipos pejorativos, com resignação e às vezes até violência, em que mesmo reconhecendo os benefícios de tais programas, coloca-o apenas como assistencialista e moeda de troca ou compra de votos, e buscam ainda legitimar a caridade como o principal meio de alívio das condições de pobreza de fato. Tal pensamento desconsidera que o PBF transfere além da renda em dinheiro, a responsabilidade do combate à pobreza para o Estado, como um direito constitucional, conforme sinaliza Rego&Pinzani (2013).

Alguns defendem ainda, que o governo federal financie os programas caritativos da Igreja, pois a mesma dá não apenas o pão para saciar a fome, mas alimenta o espírito das pessoas e propaga os fundamentos da sagrada família, firmada na fé, no amor ao próximo e na busca pela salvação, e assim, conhecendo a Jesus e seus ensinamentos, serão cidadãos sempre melhores e prósperos. Além de que para eles, a Igreja cumpre o seu papel social sem querer nada em troca, diferentemente do Estado, como observamos na fala do Sr. Pedro, funcionário

de uma fábrica de alumínio local e integrante de projetos sociais da pastoral da comunidade no município de Catolé do Rocha – PB:

O Bolsa Família é muito bom, a minha mulher recebe. É sim um programa importante pro Brasil. Tem muito pobre que precisa. Só acho que deveria ser mais fiscalizados. Por exemplo, ajudamos tanto pobre que é pobre de verdade, que não tem o que comer e não recebe o benefício. Eu acho que o governo devia ver uma saída pra isso. Fazer uma parceria com quem realmente está preocupado com o pobre. Sem interesse. Como por exemplo essas ONGs que faz caridade, as igrejas, todas elas. Porque por exemplo, a Igreja sabe onde são os pobres, porque os necessitados procuram Deus e a Igreja, em busca de ajuda e oração. Eu acho que devia ser feito assim (PEDRO, INTEGRANTE DA PASTORAL DA COMUNIDADE).

Apesar da fala acima iniciar destacando um importante aspecto do PBF, que diz respeito a quase totalidade da transferência de renda ser destinada a mulher, ela dá ênfase ao discurso de que o programa tem caráter eleitoreiro, em que consideram que o Bolsa Família seria a principal ferramenta de conquista de voto por parte de seus idealizadores e simpatizantes. Tese essa discutível, tendo em vista o caráter universal e regular do PBF, em que descentraliza o poder e divide as ações do mesmo pelas diferentes camadas governamentais, pondo fim a caridade político pessoal com a institucionalidade do Programa (REGO, 2013).

Na tentativa de obter posicionamentos ainda mais consistentes da Igreja Católica no município de Catolé do Rocha – PB a respeito do PBF, realizamos também uma entrevista semiestruturada com um dos padres/freis da paróquia local, na qual tentamos ao máximo levar a cabo na forma de um diálogo aberto, objetivando quebrar a barreira do discurso “na defensiva” imposta pelo pároco as nossas indagações. Na referida ocasião, dentre as falas do Padre João, destacamos o trecho a seguir:

Em sua origem são muito bons, Bolsa família, pois deu de imediato o poder de compra ao povo mais simples, obrigando os filhos estarem na escola, frequentando as aulas e a preocupação com sua saúde, a exemplo da carteira de vacinação como forma de controle para que se tivesse o benefício. Mas, com o tempo, pudemos perceber a falha no que consiste a ascensão dos pobres a universidade e a um trabalho. Posso dizer que são eficazes nos lugares e localidades onde os gestores abraçaram os Programas. É preciso lembrar que são iniciativas populares importantes, o erro e a falha está na ponta, onde e como chega o programa (PADRE JOÃO, PARÓQUIA DE CATOLÉ DO ROCHA – PB).

O trecho acima elencado, nos mostra um emparelhamento deste com o discurso de Dom Aldo Pagotto, quando o então arcebispo da Paraíba em uma entrevista concedida à Agência

Estado (2006) afirma que “O programa [Bolsa Família] é assistencialista que vicia, além de não garantir a independência das famílias [beneficiárias], o programa tem um caráter individual, que também reforça a tendência de acomodação”.

Tais declarações por parte de autoridades eclesiais que estão à frente da Igreja Católica se mostram difundidas na sociedade, através das vozes cotidianas daqueles que necessitam da ‘oferta’ de mão de obra barata e que veem o PBF como causador de acomodação ou do chamado “efeito preguiça” de seus beneficiários. Assim, para a Igreja e para eles, a pobreza é tida em caráter individual, na qual o pobre vive em tal condição por serem preguiçosos, acomodados ou qualquer outro problema de sua inteira e salutar responsabilidade.

Essas menções só são feitas, quando se prestam para denegrir a imagem, e talvez, seja o empoderamento gerado pelo mesmo que afeta a muralha da sustentabilidade “caritativa” da Igreja católica, e Goffman (1993) é um autor das ciências sociais que nos auxilia a enxergar as variáveis do estigma produzido e disseminado socialmente pela instituição como forma de “colocar” os pobres no seu lugar.

Nosso entendimento sobre o programa quebra os mitos generalizados, que em muitos casos e, particularmente no semiárido, faz valer como inadequado o PBF, como sendo gerador de ociosos. Enquanto acompanhávamos uma missa do dia de domingo pela manhã, ouvimos entre as senhoras de “elite” do município de Catolé do Rocha – PB que hoje ninguém consegue mais encontrar empregada doméstica e essas “bichas” (sic) só querem fazer meninos. “Ah mulher, encontrar alguém até pra lavar pratos é difícil. E isso foi depois do Bolsa Família. Antes você achava facilmente gente pra trabalhar” (SENHORAS FREQUENTADORAS DA MISSA).

Complementando a problemática de pesquisa para além de uma observação das ciências sociais localizada no campo dos impactos produzidos pelo PBF no município de Catolé do Rocha - PB, constatamos por meio das falas dos que fazem uso de seguimento do discurso clerical da Igreja Católica na referida cidade, uma *teia de punição* num contexto em que a “esmola” vai tendo sua distribuição remodelada para a “classe passiva” conforme Simmel (1988). E é essa remodelação que nos conduz à interrogação do combate sistemático e muitas vezes desarrazoado teoricamente em termos da funcionalidade do PBF, que nos leva a querer entender a maneira sócia antropológica como a chance de saída e a concretização dessas se apagam nos discursos da instituição religiosa que condena a acomodação, mas que não abdica da manutenção da “dáviva caritativa” como ressalta Simmel (1998), enquanto uma estratégia de preservação do ciclo clerical.

Diante os discursos condenatórios ao PBF proferidos por representantes da Igreja Católica nas diferentes esferas e estratos sociais, demos continuidade ao material empírico de nossa pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas com aqueles que estão do lado inverso dessa história, ou seja, os beneficiários (as) do Bolsa Família.

Assim como fizemos na coleta de dados junto aos representantes da Igreja, onde passamos a ir missas e acompanhá-los em encontros religiosos, nos inserindo em seu “universo”, usamos a mesma estratégia para com os beneficiários do PBF. Desse modo, a maioria dos relatos que ouvimos, aconteceu em filas da casa lotérica da cidade de Catolé do Rocha – PB no momento do saque do benefício e em comércios local, quando os mesmos iam às compras. Essa espécie de “camuflagem” de nossa parte se faz necessária devido ao receio que o beneficiário do PBF tem em falar sobre o Programa, que estar associado ao medo que tem em perder o benefício.

Posicionamento este justificável e que deve ser apurado com simetria diante os relatos dos beneficiários, para que se possa diferenciar o que se trata de ato de comodismo e/ou condição de bem-estar, que podem ser resultados da “instabilidade proporcionada pelos trabalhos de baixa remuneração e conseqüentemente com pouca qualificação” (COSTA, 2015, p. 26).

Assim, nossa pesquisa faz uso de uma metodologia qualitativa, por meio de entrevistas abertas, com roteiro de perguntas, que nos permite ultrapassar os limites de uma pesquisa quantitativa e normativa através de um questionário pronto, e buscar conforme aponta Pinzani apud Silva (2014, p.01) “o efeito do PBF sobre a subjetividade das pessoas”.

Nesse contexto, o primeiro ponto a destacar através das vozes dos beneficiários do PBF em Catolé do Rocha – PB, diz respeito a uma considerável melhoria na qualidade de vida destes, após a implantação do Programa, conforme registramos na fala de Dona Rita, beneficiária do Bolsa Família:

O bolsa família me ajuda muito, hoje não sou dependente da minha mãe como antes pra comprar as coisas pros meus filhos. Meu marido é servente de pedreiro, o que ganha basicamente só dar pra comprar o grosseiro. Eu recebo 163 reais. Parece pouco, mas dá pra eu comprar um bocado de coisa. Principalmente, frutas, verduras, uma comidinha melhor pros meninos, porque criança não gosta de comer só arroz e feijão, tem que ter um suco, um iogurte, uma bolacha e com o que recebo do bolsa família, eu compro. Hoje eles levam até um lanchinho pra escola. O que eu recebo eu compro logo as coisinhas dele no mercadinho. E sempre tô comprando um calçado, uma roupa. Fim de ano tá chegando, nem me preocupo em comprar roupa. Eu compro, e vou pagando com o dinheirinho deles mesmo, dando 20, 30 reais por mês, porque dá pra comprar, controlando direitinho (DONA RITA, BENEFICIÁRIA DO PBF).

Na referida fala percebemos também os anseios por autonomia, quando a beneficiária afirma não querer depender nem mesmo de sua mãe. E nesse sentido, o PBF disponibiliza as mulheres, que corresponde a mais 90% da titularidade do programa (cf. MDS, 2016) o prazer de poder cuidar da família e oferecer melhores condições de vida aos seus filhos. É importante frisar ainda, a demonstração de responsabilidade e planejamento para com o dinheiro advindo do programa, sendo o mesmo destinado, principalmente, à alimentação das crianças (SÁ&SILVA, 2012).

Aliado a melhoria de vida para aqueles que começaram a receber a renda monetária do PBF, o benefício torna-se um meio de segurança para os beneficiários que não têm renda fixa e que exercem algum tipo de atividade remunerada, ou para aqueles que fazem parte do mercado de trabalho informal, condições essas bastante presente no município de Catolé do Rocha – PB, que tem como principais campos de trabalho pequenas indústrias, o comércio e a agricultura familiar, como ilustrado abaixo no depoimento de Dona Verônica, outra beneficiária do PBF:

Eu mesmo nunca tinha tido a chance de ficar com um dinheirinho pra comprar algo que as crianças pedisse. Meu bujão passava de mês seco. Com o dinheiro do bolsa família eu pago a luz, boto gás no bujão, compro umas comidas melhor pras crianças, remédio, essas coisas mais importante. Eu mesmo poupo. Não estruo dinheiro. Eu sei como as coisas é difícil. Eu mesmo que trabalho com costura, arrumando casa, lavando e passando roupa de ganho, com o bolsa família eu não tenho mais aquele aperreio quando o patrão não paga. Me sinto mais tranquila, porque se eu não arranjo nesse mês, eu compro o que comer com o dinheiro do bolsa família. Vixe, agradeço a Deus todo dia. Mas também não fico sem trabalhar. Eu vendo até “dindim”, não sei ficar parada (DONA VERÔNICA, BENEFICIÁRIA DO PBF).

A fala acima descontrói o estereótipo midiático apregoado por setores da sociedade, a exemplo dos representantes da Igreja Católica anteriormente citados, em que atribuem aos beneficiários do PBF valores pejorativos e até difamatórios, tais como *preguiçosos* e *vagabundos* (COHN, 2012), sem considerar qualquer contribuição do referido programa e nem mesmo apontar medidas que viesse a suprir as falhas do Bolsa Família ou pôr em prática em seu lugar.

Ainda a respeito dessa discussão, a fala da Dona Verônica dar ênfase e vai de encontro com o que constatou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em uma pesquisa intitulada “Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas” realizada no ano de 2008, em que obteve o resultado de

que 99,5% dos beneficiários do PBF “não deixaram de fazer algum trabalho por conta de receberem o benefício” (QUEIROZ, 2011, p.24).

Quando expandimos o assunto referente ao PBF para além da transferência de renda em dinheiro, e trazemos também para a ótica objetivada com a imposição das condicionalidades na área da saúde e educação, nos surpreendemos com o relato de Dona Graça:

O bolsa família tem mudado a vida da minha família. Minha filha tá se formando graças ao bolsa família, quando ela estudava aqui, eu recebia o bolsa família e o bolsa escola dela, pra comprar as coisinhas dela estudar e comer. Terminou o ensino médio em 2009, fez vestibular e passou pra Ciências Biológicas em Patos, nós não tinha condição de sustentar ela lá, mas mandamos ela, vendemos logo a moto que tinha lá em casa e todo mundo da família ajudando, eu e o pai trabalhando de domingo a domingo pra pagar o aluguel e comida. Logo com 5 meses, ela ganhou uma bolsa pra morar lá da faculdade, que ela só conseguiu porque sou beneficiária do bolsa família, que na seleção dos candidatos conta muito. Então, pra mim, o principal nem foi o dinheiro que recebo todo mês, mas o direito dela ganhar essa bolsa de estudo até terminar o curso dela (DONA GRAÇA, BENEFICIÁRIA DO PBF).

Apesar de ouvirmos nesta pesquisa alguns relatos de beneficiárias que fazem o controle da frequência escolar das crianças unicamente para que não tenham o seu benefício cortado, fica evidente, através da fala de Dona Graça, os esforços da família em busca de melhores condições de vida por meio da formação profissional de sua filha, onde a oportunidade a ela concedida passa a ser uma conquista de toda a família. De certo modo, tal relato de vida, refuta o ideário de que o “PBF apenas geria uma precária ajuda capaz de viciar seus beneficiários alocando-os para a ociosidade do trabalho” (COHN, 2012 apud COSTA, 2015, p. 13).

Por fim, nesse campo semântico de discursos moralistas em que há o embate entre os contras e prós a transferência de renda do PBF, o senhor Marcos, agricultor, residente no distrito de Picos, zona rural do município de Catolé do Rocha – PB, nos chama a atenção pela reflexão posta em suas palavras durante uma conversa conosco na fila da casa lotérica:

O engraçado é que o empresário, os dono de terra, os que tem condição mesmo, acha pouco o valor do bolsa família, e diz que o pobre se vende por uma esmola do governo. Mas quando você pede 50 reais num dia de serviço, eles acham caro. Quer dizer, os 50 dele que a pessoa vai ganhar trabalhando feito jumento vale mais do que os 50 que o governo dar, porque o dele não é esmola, isso num dia de trabalho e o do governo é (SEU MARCOS, AGRICULTOR).

Nessa fala, fica exposto e comprovado de forma simples por alguém que não tem nem

mesmo o nível básico de estudo, a “lacuna” existente nos discursos elitistas que desqualificam as ações do PBF, proferidos por defensores do neoliberalismo, que têm a o apoio e os assentos da frente garantido pela Igreja Católica, tendo em vista que “apedrejam” os programas de transferência de renda do governo federal, impondo-lhes a qualidade de *assistencialistas* e *ato de politicagem* ao mesmo tempo em que exaltam a *caridade* e a *Igreja* como a melhor ferramenta e instituição na luta pelo combate a pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse conjunto de modalidades investigativas, dos quais fizemos uso para a conclusão deste trabalho, percebemos através das “vozes” coletadas ao longo desses últimos dois semestres, as quais expusemos aqui, que o processo de configuração da ação e dos discursos relativos à “caridade” pela Igreja Católica a partir do período de vigência dos programas de transferência de renda iniciados no governo Lula, como é o caso do Bolsa Família, estão diretamente relacionados à trajetória de vida de muitos brasileiros, especialmente do semiárido nordestino.

Através dos estudos bibliográficos sobre a temática do PBF nessa pesquisa e fazendo uma relação desta com os “flagelos” da pobreza os quais testemunhamos enquanto sujeitos e nas vozes dos “invisíveis”, tornou-nos perceptivo a uma real alternativa no sentido de desnaturalizar aquela estória social, na qual milhares de pessoas são emboladas ao longo da história nacional.

E tomando isso como finalidade essencial do nosso estudo, complementando a problemática para além de uma observação das ciências sociais localizada no campo dos impactos produzidos pelo PBF no município de Catolé do Rocha – PB, constatamos por meio das falas dos beneficiários e, também, nos que fazem uso de seguimento do discurso clerical da Igreja Católica no referido município, uma *teia de punição* num contexto em que a “esmola” vai tendo sua distribuição remodelada para a “classe passiva” conforme Simmel (1998). E essa remodelação nos conduz a uma interrogação do combate sistemático e muitas vezes desarrazoado teoricamente em termos da funcionalidade do PBF, que nos levou a querer entender a maneira sócio antropológica como a chance de saída e a concretização dessas se apagam nos discursos da instituição religiosa que condena a acomodação, mas que não abdica da manutenção da “dádiva caritativa” como ressalta Simmel (1998), enquanto uma estratégia de preservação do ciclo clerical.

Desse modo, nesse contexto em que se concretizaram os programas de transferência de renda a partir de 2003, no governo do presidente Lula. Percebemos que é mais cômodo para a Igreja Católica levar a cabo projetos articulados ao ideário neoliberal, caritativo assistencialista e voluntário dos irmãos da linha de frente dessa instituição: empresários, grandes comerciantes e fazendeiros que assumem a defesa de um projeto que sucumba a autonomia coletiva. Conforme o modo como se configuram os discursos de *observadores* do PBF, mais especificamente aqueles produzidos por representantes de programas de assistência social oferecidos pela Igreja Católica.

Diante do cenário em exposição, surgem estratégias de readequações discursivas da *caridade* pela igreja católica, como forma de enfrentamento da pobreza, num contexto em que o Programa Bolsa Família se consolida como sendo *eficaz* e gerador de mobilidade social e promotor de um processo de *desidratação* das ações “caritativas” da Igreja Católica a partir dos governos de Lula e Dilma;

Em contrapartida, alguns atores sociais estão autorizados pela Igreja Católica a elaborar parcerias discursivas no sentido de *desqualificar* o programa Bolsa Família por meio da reivindicação “caritativa” como forma de se estabelecer uma prática de inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Jaline Tomáz de. **Aspectos políticos e sociais em *O quinze de Rachel de Queiroz*: [manuscrito]**: Uma análise representativa sobre o personagem Chico Bento/Jaline Tomáz de Andrade, UEPB – 2014. Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6788/1/PDF%20-%20Jaline%20Tomaz%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2017.

BELLO, Carlos Alberto. **Percepções sobre pobreza e Bolsa Família**. In: As contradições do lulismo : a que ponto chegamos? / organização André Singer , Isabel Loureiro. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016. P. 157-183.

BOURDIEU, Pierre –In. ORTIZ, Renato - **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ed. Olho d’água, 1998.

BRASIL. **SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão**: Caixa. Disponível em:
https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso: 03 de julho de 2017.

Conferência Nacional Dos Bispos do Brasil – CNBB. **Edições CNBB 2006**. Disponível em:
<https://www.edicoescnbb.com.br/edicoes+2006>. Acesso em: 03 de dezembro de 2016.

COHN, Amélia. COHN, Amélia. **Desafios de uma trajetória de êxito**: dez anos do PBF. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.494p.Cap: 28,p.455-466.

_____. **Cartas ao presidente Lula**. Bolsa Família e direitos sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.

COSTA, Abrão Batista. **A vida dos beneficiários do programa Bolsa Família“relatada” por vozes e falas dos sujeitos invisíveis na região semiárida da paraíba**: a revelação sociológica entre o *mito da acomodação* e a *legitimidade* da ascensão social. UEPB – 2015.

EIRÓ, Flávio. **Resenhas**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2. P.317-333.

FRANÇA, Jacira. Estudos de Sociologia. Ver. Do Prog. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, v. 13, m. 7. P. 207-2011.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de informações sociais**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php#>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

MOURA, James Ferreira; XIMENES, Verônica Morais. **A identidade social estigmatizada de pobre**: uma constituição opressora. Artigo Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 1, p. 76-83, jan.-abr. 2016.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Mapa da fome**, 2014.

PROENÇA, M. Cavalcanti. **Introdução**. In: ALMEIDA, José Américo. A bagaceira. 37ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

QUEIROZ, Eliza Carla Aleixo de Araújo. **Programa Bolsa Família [manuscrito]**: críticas e perspectivas / Eliza Carla Aleixo de Araújo Queiroz. UEPB – 2011. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3939/1/PDF%20%20Eliza%20Carla%20Aleixo%20de%20Ara%20C3%20BAjo%20Queiroz.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 74. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

REGO, Valquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ROCHA, Sonia. **Transferências de renda no Brasil**: O fim da pobreza?-Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 216p.

SÁ, Maria O. L. de; SILVA, Lucimeiry B. da. **Uma análise da aplicação do Programa Bolsa Família (PBF) no Município de São Bentinho - PB**. In: ENAPG, 2012,

Salvador. *Anais...* Salvador: Anpad, 2012. Disponível em:
<www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=866&cod_evento_edicao=65&cod_edicao_trabalho=15396>. Acesso em: 11 de novembro de 2016.

SANCHIS, Isabelle de Paiva. **Simmel e Goffman: uma comparação possível**. UERN – 2011. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v11n3/artigos/html/v11n3a08.html#mailfim>. Acesso em: 30 de março de 2017.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil: e o futuro?** 1ed – São Paulo. Geração Editorial, 2013

SILVA, Cláudia Neves da. **Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 326-351.

SILVA, Maurício Roberdoda. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania** – Entrevista realizada com Alessandro Pinzani. Revista Pedagógica, Chapecó, v.16, n.32, p. 207-216, jan./jul. 2014.

SIMMEL, Georg. **“O indivíduo e a liberdade”**. In, Jessé Souza e B. Oélze, orgs. Simmel e a Modernidade. Brasília, Editora UNB, 1998, pp. 109 a 117.

_____, Georg. (2006), **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Texto para Discussão nº 1424. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive?** / Jessé Souza; colaboradores André Grillo ...[et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara, 2011.

VERAS, Camila. **Valor Econômico. Ipea: cada R\$ 1 gasto com Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 ao PIB** [IN 15 de outubro de 2013]. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3305466/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r->

178-ao-pib. Acesso em: 10 de maio de 2017.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil.** Goiânia: Sur – Revista Internacional de direitos humanos, 2006.